

A “IDEOLOGIA” NO BOLETIM PAULISTA DE GEOGRAFIA (1949-2018)

THE “IDEOLOGY” IN THE **BOLETIM
PAULISTA DE GEOGRAFIA** (1949-2018)

LA “IDEOLOGÍA” EN EL **BOLETÍN
PAULISTA DE GEOGRAFÍA** (1949-2018)

Rogata Soares Del Gaudio

Professora associada III do curso e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Minas Gerais (IGC/UFMG). Membro do NEILS (PUC/SP). E-mail: rogatasoares@gmail.com

Resumo

O objetivo deste artigo é analisar o tratamento dado à “ideologia”, na revista científica *Boletim Paulista de Geografia*, no período compreendido entre 1949 e 2018. Trata-se de uma análise documental de caráter transversal, tendo por foco artigos que apresentavam, nos títulos, nas palavras-chave ou nos resumos, menção a essa concepção. A partir da seleção dos artigos, tendo como premissa a presença do termo ideologia, estes foram analisados na sua integralidade, objetivando responder às seguintes questões: quais foram as referências citadas pelos autores dos artigos analisados para embasar a discussão deste conceito? Essa concepção se encontra articulada à discussão proposta nos referidos artigos ou a palavra ideologia simplesmente “aparece” no texto? Houve a preocupação, por parte dos autores dos artigos analisados, de explicitar a concepção de ideologia?

Palavras-chave: ideologia, Boletim Paulista de Geografia, análise documental.

Abstract

The objective of this article is to analyze the treatment given to “ideology” in the scientific magazine *Boletim Paulista de Geografia* (São Paulo, Brazil), from 1949 to 2018. This is a documentary analysis of a transversal character, focusing on articles that presented the word ideology in their titles, keywords or abstracts. Based on the selection of articles with of the term ideology, they were analyzed in their entirety, aiming to answer the following questions: what were the references cited by the authors of the articles analyzed to support the discussion of this concept? Is this conception articulated to the discussion proposed in the articles or does the word simply “appear” in the text? Was there concern from the authors of the analyzed articles in explaining the conception of ideology?

Keywords: ideology, Boletim Paulista de Geografia, documentary analysis.

Resumen

El objetivo de este artículo es analizar el tratamiento dado a la “ideología” en la revista científica *Boletim Paulista de Geografia* (São Paulo, Brasil), de 1949 a 2018. Se trata de un análisis documental de carácter transversal, con foco en artículos que presentaban la palabra ideología en sus títulos, palabras clave o resúmenes. Con base en la selección de artículos con el término ideología, ellos fueron analizados en su totalidad, buscando responder a las siguientes cuestiones: ¿cuáles fueron las referencias citadas por los autores de los artículos analizados para subsidiar la discusión de ese concepto? ¿Esta concepción es articulada a la discusión propuesta en los artículos o la palabra simplemente “aparece” en el texto? ¿Hubo preocupación de los autores de los artículos analizados en explicar la concepción de ideología?

Palabras clave: ideologia, Boletim Paulista de Geografia, análisis de documentos.

Introdução

O tema que escolhemos abordar se reporta à pesquisa, à leitura e à análise transversal (que se caracteriza por avaliar dados coletados ao longo de um período de tempo) de abordagens sobre ideologia em artigos publicados no *Boletim Paulista de Geografia*, que circulou de 1949 a 2018, a despeito de algumas interrupções nesta periodicidade. A escolha do *Boletim Paulista de Geografia* (BPG), revista científica publicada pela seção São Paulo da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB-SP), se justifica, além de sua longevidade, por sua disponibilidade, pois todos os números foram digitalizados e se encontram disponíveis na internet, o que facilitou o acesso aos documentos.

Este artigo terá a seguinte ordem: breve discussão a respeito de ideologia, análise do BPG e de algumas características gerais acerca da ideologia nos artigos selecionados no período avaliado e considerações finais.

Os procedimentos para a escolha dos artigos a serem analisados mais detidamente exigiram o acesso a todas as edições do BPG disponíveis no *website* da AGB-SP. Em cada número, verificamos os títulos, as palavras-chave e os resumos, de modo a selecionar aqueles que manifestamente contivessem as palavras *ideologia*, *ideologias*, *ideologias geográficas*, *ideológicos*.

No período considerado, foram publicados 285 artigos,¹ dos quais dezessete fizeram alusão direta aos termos ideologia, ideologias geográficas e ideológicos. Estes dezessete artigos foram, então, acessados e analisados, de modo a responderem às seguintes questões: quais foram as referências citadas pelos autores dos artigos examinados para embasar a discussão do conceito de ideologia? Esta concepção se encontra articulada à discussão proposta nos artigos ou a palavra simplesmente “aparece” no texto? Houve a preocupação, por parte dos autores dos artigos, em explicitar a concepção de ideologia?

Abordaremos, portanto, o modo como a ideologia é/foi considerada nesse conjunto de artigos selecionados.

¹ Não consideramos resenhas, entrevistas e/ou depoimentos, em nossa análise. Entretanto, algumas notas que continham os termos selecionados também foram analisadas, bem como alguns editoriais, em especial, aqueles escritos após cada interrupção da publicação.

A origem da palavra² ideologia e os sentidos que a marcaram no tempo

A palavra ideologia surgiu no início do século XIX, no contexto do Iluminismo francês, especialmente no Institut de France, com a pretensão de ser a “ciência das ciências” – aquela que, de certo modo, coroaria os saberes oriundos das demais ciências (LÖWY, 1985).

Ao longo de sua existência, essa palavra foi marcada por uma dupla acepção, pois ora era concebida em sua negatividade, ora em sua positividade. Como exemplo de negatividade, podemos nos remeter a Napoleão Bonaparte, que chamava os membros do Institut de France de “metafísicos nebulosos” (MCLELLAN, 1987), e a Karl Marx, que, em *A ideologia alemã* (1847), entendia que ideologia corresponderia a uma compreensão invertida da realidade, impedindo os trabalhadores de a ela acederem. No sentido de positividade, além dos ideólogos do referido instituto, precisamos nos lembrar de que Lênin considerava a ideologia como parte da realidade social, vinculada aos interesses das diferentes classes sociais. Assim, Lênin considerava “negativa” a ideologia burguesa e “positiva” a ideologia proletária (MCLELLAN, 1987).

Esse movimento dual marcará o desenvolvimento do conceito, tanto dentro do campo do marxismo, que procurou compreender a ideologia e seu funcionamento nas sociedades de classes, quanto no campo não marxista, do qual derivaram, inclusive, vários estudos decretando o seu “fim” (por exemplo, com Daniel Bell, em 1960), ou a sua consideração como o “ópio dos intelectuais” (por exemplo, com Raymond Aron, em 1957). Como resposta a esses “decretos de fim da ideologia” surgidos na segunda metade do século XX, Mézaros pondera que

² Para Bakhtin/Volochínov, “pode-se dizer que a filosofia burguesa contemporânea está se desenvolvendo sob o signo da palavra [...] [E] ao lado dos fenômenos naturais, do material tecnológico e dos artigos de consumo, existe um universo particular, o universo de signos. [...] Um signo não existe apenas como parte de uma realidade. Ele também reflete e refrata uma outra (sic). Ele pode distorcer essa realidade, ser-lhe fiel, ou apreendê-la de um ponto de vista específico etc. Todo signo está sujeito aos critérios de avaliação ideológica (isto é, se é verdadeiro, falso, correto, justificado, bom etc.). O domínio do ideológico coincide com o domínio do signo. [...] No domínio dos signos [...] existem diferenças profundas, pois este domínio é, ao mesmo tempo, o da representação, do símbolo religioso, da fórmula científica, da forma jurídica etc. [...] Cada signo ideológico é não apenas um reflexo, uma sombra dessa realidade, mas também um fragmento material dessa realidade. [...] Este aspecto semiótico e esse papel contínuo da comunicação social como fator condicionante não aparece em nenhum lugar de maneira mais clara e completa do que na linguagem. *A palavra é o fenômeno ideológico por excelência. A realidade toda da palavra é absorvida por sua função de signo*” (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2006, p. 26-36, grifos do autor, inclusões nossas). Assim, o uso do termo “palavra” remete a tal consideração desse autor, que norteia nossa própria concepção de mundo e de pesquisa.

Gerações de estudantes, principalmente no período pós-guerra, foram levadas por um número considerável de cientistas sociais, patrocinados por fundações, a acreditar que a ideologia fora inteiramente abolida e que fora substituída, para sempre, pelos sistemas íntegros e sóbrios da ciência social estritamente factual. Escapou à atenção não somente dos teóricos e politicamente ingênuos, mas inúmeras vezes mesmo daqueles que deveriam ter sabido mais a esse respeito, o fato de que tais alardes em si eram manifestações disfarçadas de um tipo peculiar de “falsa consciência” ideológica [...] de modo a conseguir reivindicar para si, por *definição*, total imunidade a toda ideologia (MÉSZAROS, 1993, p. 22, grifos do autor).

Nas últimas décadas do século XX, novamente, voltou à baila a “decretação” do “fim da(s) ideologia(s)”, desta vez, relacionada também ao “fim da história”, ao “fim do Estado”, ao “fim dos territórios”.

Na virada para os anos 1980, os pós-modernos, vivendo eles numa sociedade “pós-industrial” e “pós-classista”, decretaram que a nossa época seria também “pós-ideológica” (cf. Lyotard, 1979). O que se postulava é que como não havia, na realidade, ideologia (o fenômeno social), não precisava haver o conceito teórico (o referente mental) que o designasse (CODATO, 2016, p. 312).

Se assim o é, por que, vez ou outra, essa palavra retorna para assombrar nossas crenças, nossas ciências, nosso estar no mundo? Concordamos com Mézaros (1993, p. 10), para quem “o que requer explicação é a onipresença e o imenso impacto prático da ideologia em uma multiplicidade de sociedades muito diferentes entre si”. E é desse modo que situamos as preocupações que nos guiaram na proposição deste artigo, uma vez que a palavra ideologia voltou à baila, no Brasil atual, justamente para condenar a “ideologia de outrem”.³

Fato é que ideologia pode ser considerada como o “conceito mais indefinível no campo das ciências sociais, porque põe em causa as bases e a validade de nossas ideias mais fundamentais” (MCLELLAN, 1987, p. 13). Além disso, assevera esse autor, “ideologia é o pensamento de *outrem*, raramente o nosso” (MCLELLAN, 1987, p. 13, grifo do autor). E essa característica de ser “o pensamento do outro” servirá sobremaneira àqueles que se consideram além e a salvo desse conceito – inclusive, no campo científico.

Há, no campo marxista, várias concepções para ideologia. Qual seria a mais exata? A resposta dependerá da escolha do próprio pesquisador, na medida em que não temos como “prescrever” qual teórico sobre as ideologias conseguiu uma definição mais válida ou completa. O que importa, para quem se debruça sobre esse conceito, é verificar qual perspectiva se adequa mais precisamente à sua pergunta e ao seu campo de análise, considerando, inclusive, que não seja possível dela fugir. Para Eagleton, o termo

³ Podemos citar como exemplo as referências à denominada “ideologia de gênero”, que tem afetado a educação das crianças brasileiras nas escolas públicas, feitas pelo Movimento Escola Sem Partido, entre outros, como se a afirmação de que “meninas vestem rosa e meninos vestem azul” não fosse, ela própria, eivada de ideologia (de gênero, mais precisamente).

[...] ideologia tem toda uma série de significados convenientes, nem todos eles compatíveis entre si. [...] A palavra “ideologia” é, por assim dizer, um *texto*, tecido com uma trama inteira de diferentes fios conceituais; é traçado por divergentes histórias, e mais importante do que forçar essas linhagens a reunir-se em alguma Grande Teoria Global é determinar o que há de valioso em cada uma delas e o que pode ser descartado (EAGLETON, 1997, p. 15, grifos do autor).

Ou seja, mais importante do que estabelecer uma definição ampla, válida e final para ideologia, consideramos mais profícuo, para o pesquisador que se interessa por este conceito, conhecer suas variadas acepções e escolher aquela que avaliar como a mais adequada ao seu método,⁴ às suas questões e aos seus objetivos.

Eagleton (1997) elenca, inclusive, 16 significados possíveis para esse termo, entre os quais: “ideias falsas que ajudam a legitimar o poder político dominante”; “comunicação sistematicamente distorcida”; “ilusão socialmente necessária”; “conjuntura de discurso e poder”; “veículo pelo qual atores sociais conscientes entendem o seu mundo” etc. Esse autor também salienta que “nem todas essas formulações são compatíveis entre si [...]; algumas dessas formulações são pejorativas [...] e algumas envolvem questões epistemológicas” (EAGLETON, 1997, p. 16).

Como exemplo do alcance da ideologia na construção de nosso “estar no mundo, em que cada um de nós compreende em grau diverso” (THERBORN, 1991, p. 2), podemos citar a importância que tem, na sociedade brasileira hodierna, a dimensão da propriedade privada. Cabe esclarecer, desde já, que nosso exemplo será bastante simplificado, do ponto de vista histórico, em razão de apenas ilustrar o conceito de propriedade da terra como ideologia dominante.

Historicamente, a propriedade e o uso privado da terra, bem como o próprio mercado de terras, têm sua origem associada às revoluções burguesas e industrial, especialmente na Inglaterra, a partir dos cercamentos ocorridos no século XVIII. Houve ali toda uma luta, no plano da materialidade e da estrutura jurídico-política, no sentido de transformar o uso comunal das terras em pastos, e, mais ainda, de torná-las algo “vendável”. Sob uma perspectiva geral e, ao mesmo tempo, bastante simplificada, esta pode ser uma das explicações para a existência histórica da terra como mercadoria no capitalismo.

No Brasil, também de forma simplificada, podemos situar a Lei de Terras de 1850 como “ato introdutório” da terra como mercadoria, no contexto da extinção paulatina do trabalho escravo. A partir daí, uma terra que podia, até então, ser doada ou simplesmente ocupada passou a ter que ser obrigatoriamente “comprada”, com a garantia da posse e do domínio sendo dada por um título de propriedade devidamente registrado em cartório – como, por sinal, ocorre até a atualidade. Esses processos históricos de posse, uso e propriedade da terra foram “esquecidos”, mas a dimensão da

⁴ O método, nessa perspectiva, diz respeito a todo o conjunto que orienta uma investigação, desde a formulação da questão até a seleção dos objetivos, do referencial teórico e do quadro empírico a ser analisado.

terra como propriedade se traduz em vários ditados ainda bastante populares, como “quem casa, quer casa” e “só é dono quem tem a escritura”. Esta dimensão apareceu, inclusive, no *slogan* dos governos petistas, como no programa habitacional “Minha casa, minha vida”.

Portanto, em vez de evidenciar ou romper com a lógica da propriedade privada, bastante naturalizada e legitimada ao longo do tempo, esses diferentes enunciados reforçaram exatamente tal dimensão, não colocando em questão algo que, historicamente, se constituiu a partir da exclusão obrigatória de milhões de pessoas. Esta é, justamente, a ideologia da classe dominante, na medida em que serviu à burguesia em sua ascensão, e, atualmente, é parte do senso comum e da visão de mundo da maioria dos brasileiros. É uma ideologia perfeitamente assentada e quase inquestionável – quase um dogma.

Por fim, há que se considerar ainda que nem tudo é necessariamente ideológico,⁵ a exemplo do modo como escovamos os dentes, embora a escolha dos produtos, os modos de uso, os valores e crenças em torno desta prática cotidiana e sua relação com o gasto de água possam ser considerados ideológicos, porque inscritos na materialidade, nas relações sociais e nos valores de uma dada sociedade, temporal e espacialmente delimitada.

Na nossa perspectiva, as ideologias nos constituem na mesma medida em que contribuimos para a sua permanência e/ou mudança (THERBORN, 1991). Ou seja, as ideologias não são, por nós, possuídas como algo que, ao tomarmos consciência de sua existência, possamos descartar. Ao contrário, compreendemos que as ideologias, por se constituírem tanto em “visões de mundo”, quanto em práticas (que se materializam por meio das linguagens, das relações sociais, dos aparelhos de Estado etc.), fazem parte do social, do econômico e do espacial, sendo determinadas por estas práticas, e, ao mesmo tempo, justificando, naturalizando e legitimando as coisas tais como se apresentam.

Aliás, essas são características das ideologias, pois elas, traduzidas, muitas vezes, em ditos populares, justificam o estado das coisas (“isso sempre foi assim”); naturalizam relações sociais, políticas e econômicas (“mulher no volante, perigo constante”) e legitimam relações sociais, políticas, de poder e econômicas desiguais (“baiano é preguiçoso”, “menino veste azul e menina veste rosa”), tudo ao mesmo tempo e agora. São exemplos cotidianos, simples, que podem ser caracterizados como preconceitos – o que, de fato, são. Mas são também históricos. Porém, esquecemos seu processo de construção; daí, sua “naturalização”, na medida em que justificam nossos temores ou nossa pretensa “superioridade”, quaisquer que sejam, em relação aos outros, e legitimam concepções acerca de pessoas e lugares. De nossa parte, entendemos que

⁵ Eagleton (1997, p. 22) aponta, como exemplo desse processo, que “a afirmação de que “os homens são superiores às mulheres” não é necessariamente ideológica (no sentido de apoiar um poder dominante); proferida em um tom convenientemente sardônico, poderia ser uma forma de subverter a ideologia sexista”.

A estrutura e o funcionamento da ideologia dependem de duas teses, positiva e negativa: a primeira considera que a ideologia representa a relação imaginária dos indivíduos com suas condições reais de existência (cultura, modo de vida, crenças). A relação imaginária dos homens [e mulheres] com suas condições é que é representada na ideologia [perspectiva diretamente derivada de A ideologia alemã, de Marx e Engels, 1847]. Na segunda tese, a ideologia tem uma existência material. “Uma ideologia existe sempre em um aparelho e sua prática” [Althusser, 1996]. Essa existência é material (DEL GAUDIO, PEREIRA, 2014, p. 25, inserções nossas).

No campo marxista, podemos citar alguns teóricos que se debruçaram sobre esse conceito, tendo como referência os escritos de Marx e Engels (*A ideologia alemã*, 1847; *O capital*, 1867; e *O 18 de brumário de Luís Bonaparte*, 1852, etc.), a saber: Vladimir I. Lênin, Antônio Gramsci, Georg Lukacs, Louis Althusser, István Mészáros, Michel Löwy, John B. Thompson e Slavoj Žižek, entre outros. De acordo com Codato,

No século XX, a palavra conservou, na língua comum, aquela acepção dicionarizada e neutra de “conjunto de convicções filosóficas, sociais, políticas etc. de um indivíduo ou grupo de indivíduos” (Dicionário Houaiss), mas também o termo ainda segue designando qualquer pensamento doutrinário, sectário, parcial, absoluto, dogmático – e, portanto, defeituoso – sobre o mundo. Paralelamente, o conceito desprende-se daquela faculdade quase natural que o impelia a nomear um conhecimento errado do mundo social, seja como filosofia especulativa (Marx e Engels), seja como consciência social falsificada (Engels), e assumiu, para os marxistas, um sentido mais descritivo (Lênin) e mais explicativo (Gramsci). Mas, em todo caso, menos pejorativo. Para Lênin, ideologia tornou-se a forma de consciência política das classes sociais (“consciência de classe”); para Gramsci, a consciência teórica ou subjetiva dos processos sociais (CODATO, 2016, p. 315).

Ainda segundo esse autor, em Lênin, podemos observar o destaque a termos como “ideologia proletária, burguesa e pequeno-burguesa”, ao passo que, com Gramsci, as ideologias passaram a ser concebidas “como forças organizadoras e não como concepções intelectuais que podem ser verdadeiras ou falsas por si mesmas” (CODATO, 2016, p. 316). A partir de sua análise de *O 18 de brumário de Luís Bonaparte* (Marx, 1852), Codato afirma que

A ideologia é uma estrutura e uma prática. A ideologia não é um estado subjetivo da consciência (imaginação), nem um produto derivado de outras instâncias (um mero “efeito”, como na expressão consagrada por Poulantzas (1971), mas uma estrutura do mundo social (uma “realidade”). E a expressão “estrutura ideológica” designa o terreno onde certas práticas sociais simbólicas se dão. O fundamental é que essas práticas têm aí a mesma materialidade que as ações e os conflitos nos demais domínios do mundo social. E é através da ideologia ou das “formas ideológicas”, para falar como Marx, ou da “tradição”, para falar como Marx e Engels, que os agentes sociais conhecem e se reconhecem (onde os homens “tomam consciência desses conflitos” etc.), isto é, situam-se em relação ao espaço social, e situam os outros agentes no espaço social (CODATO, 2016, p. 322, grifos nossos).

Assim, segundo esse autor, a questão da “falsidade ideológica” torna-se relativa, pois

A medida para julgar as tradições ideológicas passa então a ser funcional, e não psicológica (já que se trata de um fenômeno social, não individual) e menos ainda intelectual (concepções certas ou erradas em si mesmas). Ou a ideologia é eficaz – como instância de produção, reprodução e transformação da vida social – ou não é. Nunca pode ser, portanto, uma ideia fora do lugar (CODATO, 2016, p. 323).

Daí voltarmos ao exemplo da dimensão ideológica (simbólica e material) da propriedade privada, à qual nos referimos no início deste artigo. Para além disto, destacamos que existem ideologias que não são necessariamente de classe, a exemplo do racismo e do sexismo: elas “atravessam” todas as classes sociais, embora, sem dúvida alguma, contribuam ainda mais para a exploração dos homens/mulheres sobre outros homens/mulheres, mediadas também pela cor e pelo gênero.

Outro aspecto acerca das ideologias que deve ser destacado é que elas não são “unitárias, completas, coerentes ou progressistas, conservadoras, reacionárias”. Ao contrário. De acordo com Therborn,

É necessário abordar o caráter dialético das ideologias, apontado pelos sentidos opostos da palavra “sujeito” (“os sujeitos da história”/“os sujeitos (submetidos) ao poder do príncipe”). As ideologias não somente submetem as pessoas a uma ordem dada. Também as capacitam para uma ação social consciente, inclusive para as ações orientadas a uma mudança gradual ou revolucionária. [...] [Assim] Parece mais acertado e frutífero considerar as ideologias não como possessões, como ideias possuídas, mas como processos sociais. Isto é, considerá-las como complexos processos de “interpelação” ou alusão que a nós são dirigidos. Nesses processos contínuos, as ideologias se superpõem, competem, chocam ou se fundem ou se reforçam umas às outras (THERBORN, 1991, p. VII, tradução e inserção nossas).

Por isso, defendemos o fato de as ideologias existirem tanto como ideias/concepções, quanto como práticas, uma vez que

Elas são produzidas e garantidas por aparelhos ou instituições diferentes (partidos, sindicatos, movimentos, organizações e mesmo o próprio Estado), e são, em geral, elaboradas e difundidas por uma *intelligentsia*. Frequentemente há uma hierarquia instável entre as ideologias e entre os produtores de ideologias (os intelectuais), uma vez que a disputa nesse mundo não se dá somente em torno de conteúdos e proposições livrescas, mas em torno de posições de poder efetivo. As relações políticas nesse domínio, tanto entre ideias como entre ideólogos, poderiam ser descritas como relações de colaboração, convergência, concorrência, conflito etc. (CODATO, 2016, p. 326).

E justamente porque estão associadas aos aparelhos/instituições e são difundidas pela *intelligentsia*, optamos por abordar seu tratamento em uma revista científica, produzida por e para intelectuais, no campo do conhecimento geográfico. Entendemos que as ideologias (re)produzidas

nessa publicação, intencional e conscientemente ou não, se entrelaçam à formação de docentes e bacharéis, e, por eles, se difundem também para a sociedade, temporal e geograficamente situada, recebendo dela, simultaneamente, fortes influências.

A ideologia em artigos selecionados no BPG

O *Boletim Paulista de Geografia* é uma publicação da Associação de Geógrafos Brasileiros (AGB), seção São Paulo (AGB-SP), iniciada em 1949, e, de acordo com Antunes (2008, p. 140), “é a única publicação da AGB, daquelas que nasceram nos anos das décadas de 1940 a 1960, que continua a ser publicada”. Entre as intencionalidades explícitas presentes na “Apresentação” de seu primeiro volume, de autoria de Aroldo de Azevedo, ressalta-se que o BPG

[...] será o espelho da nova geração de geógrafos, que, à sombra da A.G.B., vêm trabalhando conscientemente, embora de maneira silenciosa, em terras paulistas; em segundo lugar, porque já traz consigo uma tradição de cultura geográfica, que não deve – nem pode desonrar (AZEVEDO, 1949, Apresentação).

Azevedo (1949) anuncia ainda que as intencionalidades dessa publicação estão relacionadas ao “progresso da geografia brasileira”, em especial, nos campos da geografia física e biológica e na geografia humana e regional, e, “a par disso, visará diretamente ao ensino geográfico, através de debates sobre temas metodológicos, de trechos escolhidos de autores selecionados ou de comentários bibliográficos”.

Como afirmamos na introdução deste artigo, a longevidade da publicação e sua disponibilidade *on-line* foram razões que nos levaram a optar por analisar a forma como a ideologia é/foi abordada nos artigos dessa revista. Além disso, há que se considerar o período e a forma como esse conceito foi elucidado, não descurando do período em que os artigos foram publicados. A seguir, apresentamos a Tabela 1, com informações dos artigos e autores analisados.

Tabela 1 – Ano, número, autor e título dos artigos analisados no BPG.

Ano da publicação	Número do BPG	Autor	Título do artigo
1976	52	Armando C. da Silva	Geografia e ideologia – comentário sobre o livro "Introdução à geografia", de Nelson Werneck Sodré, assim como breve nota sobre o autor e sua obra.
1977	54	Ariovaldo U. de Oliveira	O "econômico" na obra "Geografia econômica" de Pierre George.
		Melhem Adas	Geografia e tecnoburocracia.
		Milton Santos	Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método.
		Henrique Rattner	Desenvolvimento de comunidade no processo de urbanização: notas para uma crítica das teorias sociológicas no planejamento.
1978	55	Ariovaldo U. de Oliveira	A lógica da especulação imobiliária.
1981	58	Beatriz Pontes	A organização dos espaços mundiais após a Segunda Guerra Mundial (1945-1979).
1982	59	Horieste Gomes	A geografia e suas implicações no subdesenvolvimento do Terceiro Mundo.
		Milton Santos	"Para que a geografia mude sem ficar a mesma coisa".
1985	62	José W. Vesentini	O espaço do mesmo.
1989	67	Francisco C. Scarlato	Bixiga: uma ideologia geográfica.
		Adyr A. B. Rodrigues	Tempo livre como objeto de consumo e lazer dirigido como oportunidade de manipulação.
1992	69	Maria Augusta M. Vargas	A natureza sertaneja das políticas de desenvolvimento: Sertão Sergipano do São Francisco.
	70	Saete de Lima	Análise crítica das representações cartográficas nos livros didáticos de 1º e 2º graus.
1993	71	Luiz L. Diniz Filho	O "Monumento dos Bandeirantes": um estudo crítico sobre as relações entre espaço, política e cultura.
1994	72	Maurício Waldman	Espaço e modo de produção asiático.
2001	78	Maria José M. Calixto	As articulações político-ideológicas do poder público no processo de (re)definição da diferenciação socioespacial.

Fonte: Del Gaudio, 2018.

Podemos constatar, a partir da tabela acima, que a maioria dos artigos que abordaram o tema ideologia foi publicada entre os anos de 1976 e 2001. As edições anteriores e posteriores, pelo menos nos títulos, resumos e palavras-chave, não trouxeram esse conceito como tematização. Tal constatação nos faz pensar: por que, nesse período, alguns geógrafos se interessaram por esse conceito? E a resposta talvez esteja no fato de que essa preocupação se relacionava ao próprio movimento da ciência geográfica, que, naquele momento, buscava mudança e renovação. Assim, da organização inicial dos dados, foi possível depreender a relação entre os artigos e o movimento denominado “Renovação da Geografia”, que estava associado, em sua maioria, a uma aproximação com o materialismo dialético e com a geografia cultural, que se propunha “crítica” (dois artigos), entre 1976 e a década de 1990.

A discussão dessa temática, no BPG, apareceu, inicialmente, na resenha que Armando Correa da Silva apresentou do livro de Nelson Werneck Sodré, publicado, pela primeira vez, em 1976. Na sequência, os artigos selecionados abordaram questões relacionando a dimensão ideológica às problemáticas do método na/da geografia; à geografia política; à urbanização/produção do espaço, ou, ainda, a uma proposta de reflexão em torno de uma “geografia cultural crítica”.

Outro aspecto comum a todos os artigos é que somente dois autores (Salette de Lima e Armando C. da Silva) citaram efetivamente a obra de Sodré.⁶ Além disso, observamos que alguns autores (Beatriz Pontes, Adyr Rodrigues, Maria Augusta M. Vargas, José William Vesentini) usaram a palavra ideologia, nos artigos analisados, mas não citaram nenhuma referência a respeito deste conceito. Do mesmo modo, somente dois autores, entre os selecionados, fizeram referência explícita ao artigo de James Anderson:⁷ Ariovaldo U. de Oliveira e Milton Santos.

Em diversos artigos, as referências à ideologia foram bastante variadas, remetendo a autores como R. Blackburn, G. Lukacs, G. Vinnai, C. Hall, A. L. G. Faria, A. Gramsci, K. Kautski, J. de S. Martins, F. Fernandes, T. Maldonado, F. Jakubowsky, C. Castoriadis, M. Chauí, G. Duby, V. de C. Bessa, A. C. R. Moraes e A. de C. Gomes. Entretanto, poucos autores (somente M. Santos, M. J. M. S. Calixto, A. U. de Oliveira e M. Waldman) dos artigos analisados do BPG fizeram referência direta à obra de Marx. Verificamos também que os artigos que abordaram esse conceito, ainda

⁶ SODRÉ, N. W. Introdução e geografia – geografia e ideologia. Petrópolis: Vozes, 1976. Nesta obra, o autor denuncia algumas concepções geográficas então em voga, explicitando o seu caráter ideológico e colonialista.

⁷ O artigo de James Anderson, intitulado “Ideology in geography: an introduction”, Antípode, vol. 5, n. 3, foi publicado em 1973. Neste artigo, Anderson aponta a construção da ideia de “fim da ideologia”, no período da “guerra fria”, apesar das crescentes contradições do capitalismo em relação à intervenção americana no Vietnã e mesmo frente à emergência da problemática ambiental. Anderson fez duras críticas ao conservadorismo dos geógrafos, mesmo e apesar das mudanças que se operavam no mundo, naquele período. Criticou, ainda, o fato de os geógrafos “ignoram” a discussão da ideologia. Ele entendia que esta, “em seu significado marxista, se converte em um ‘conceito esclarecedor e um instrumento analítico’”. Para Anderson (1982, p. 496, tradução nossa), “em sua forma mais simples, “ideologia” se refere a sistemas de ideias que dão informação distorcida, de modo a servir aos interesses particulares de um grupo ou classe social determinados”.

que transversalmente, se voltaram à temática que compõe o campo de investigação/estudos do que se denomina, atualmente, como história do pensamento geográfico.

A partir do estabelecimento das características gerais dos artigos, conforme descrito acima, fizemos, a seguir, um trabalho de agrupamento dos modos pelos quais os autores conceituaram e/ou utilizaram o conceito em seus artigos. Tal exercício buscou verificar a quais acepções de ideologia o autor fazia referência e quais possibilidades tal conceito lhes abria para melhor esclarecer suas inquietações.

Para auxiliar na compreensão do enfoque dado à ideologia, nos artigos selecionados no BPG, primeiro, apresentaremos uma breve síntese do assunto abordado, para, na sequência, exemplificarmos, com alguns excertos, as concepções assumidas pelos autores.

Um grupo expressivo de autores e artigos (10 de 17 artigos analisados) abordou a ideologia a partir de sua concepção como *falsa consciência* ou como *manipulação e/ou ocultamento*. De modo mais articulado, em alguns artigos, e, em outros, com menos assertividade, esses dez autores, além de associarem ideologia a essas duas concepções, denunciaram/consideraram as relações de desigualdade e exploração em escalas diversas. Alguns autores, inclusive, buscaram questionar o papel da geografia para a manutenção do *status quo*, e, conforme apontamos no início deste artigo, num contexto mais amplo de problematização do próprio fazer desta ciência.

M. Adas (1977) abordou o modo como, a partir do final da Segunda Guerra, as desigualdades entre os diversos países desenvolvidos e subdesenvolvidos se tornaram mais evidentes. Neste artigo, Adas postulou que o desenvolvimento tecnológico propiciou o crescimento da tecnoburocracia, que, ao passar a tomar decisões de caráter mais técnico, não necessariamente considerava a realidade dos diferentes países. Além disso, esse autor relacionou a crescente disparidade ao desigual desenvolvimento tecnológico e aportou sua própria concepção de “desenvolvimento como ideologia”, a partir da qual esboçou uma crítica à geografia, pois, “à medida que reconhecemos que o passado da geografia não foi muito brilhante, ou que sua história não foi das mais felizes, podemos reconhecer, tanto no seu passado como no seu presente, *seu caráter utilitário e, por que não dizer, ideológico*” (ADAS, 1977, p. 64, grifos nossos).

Oliveira, no artigo publicado no BPG, em 1977, fez uma análise crítica da obra *Geografia econômica*, de Pierre George. Ele iniciou com uma epígrafe literal de *Contribuição para a crítica da economia política*, de Marx, a respeito da relação entre vida e consciência, e discorreu, em seguida, a respeito da definição de geografia econômica proposta por Pierre George, problematizando-a. Discutiu ainda o método na obra deste autor e evidenciou que a proposta de George não era materialista, mas sim histórica (relacionada à Escola Histórica de Economia). Oliveira (1977, p. 47)

associou, desse modo, o desenvolvimento da ciência geográfica a certo posicionamento político, que assumiu “a unidade, mas não uma unidade contraditória, e sim uma unidade homogênea. Isso só é possível através do *discurso ideológico, lógico*, que se concretizou nos “manuais” das universidades brasileiras”.

A problematização a respeito da ideologia, por esse geógrafo, tornou-se ainda mais evidente em seu artigo publicado no ano seguinte, em 1978, quando abordou a temática da especulação imobiliária em São Paulo. Nele, Oliveira (1978, p. 75) se referiu ao processo de produção e autoconstrução de moradias em loteamentos periféricos nessa cidade, brincando/ironizando, no subtítulo do artigo, com a lógica do caos urbano: “O “caos urbano” está na realidade ou na ideia daqueles que procuram ver o ilógico no lógico?”. Com isso, verticalizou a compreensão de que “a questão do “caos urbano” [...] deve ser encarada como produto da *ideologia burguesa produzida por cientistas igualmente burgueses*, conscientes ou inconscientes, não importa, pois *não é a consciência dos homens que determina o seu ser*, mas sim *o seu ser social que, inversamente, determina a sua consciência*” (OLIVEIRA, 1978, p. 86, grifos nossos).

Pontes (1981), por sua vez, discorreu sobre a organização do espaço mundial entre o final da Segunda Guerra e o ano de 1979, estabelecendo um panorama geral das relações entre Europa, EUA, Ásia, África e América Latina. Essa autora buscou situar a criação da Comunidade Econômica Europeia, naquele contexto, e ponderou a respeito das relações sino-soviéticas. Por fim, discutiu questões sobre os EUA e a América Latina. Sua análise a conduziu a concluir, por exemplo, que “tudo indica que o “socialismo africano”, na expressiva maioria dos países africanos, carece de qualquer conotação revolucionária ou mesmo socialdemocrata, tornando-se, na realidade, *uma ideologia reacionária que mascara a exploração estrangeira, a desigualdade crescente e a corrupção administrativa*” (PONTES, 1981, p. 89, grifos nossos).

Em artigo publicado em 1982, Milton Santos examinou o surgimento da geografia sob a perspectiva utilitarista, além de discorrer a respeito do “divórcio entre o homem e o espaço”, tecendo críticas tanto à geografia quantitativista quanto à geografia cultural de Sauer e Gourou. Ele também analisou as teses de Tuan, Relph e Buttimer, citando, em nota de rodapé, a afirmação de James Anderson (1973) relacionada à pobreza teórica dos geógrafos e ao fato de a filosofia da geografia ser “pouco mais que uma metodologia”. Por fim, defendeu que uma “fenomenologia bem entendida” contribuiria para a renovação do enfoque marxista no campo. A preocupação desse autor situou-se ainda em apontar os riscos de um “discurso apologético e ideológico dos geógrafos” a partir de uma adoção acrítica da perspectiva marxista. Nos termos de Santos,

Diante desse projeto, *o enfoque marxista aparece pleno de seduções [...] Essa perspectiva deverá exigir um esforço exemplar*, uma vez que *boa parte da literatura marxista concernente ao espaço adota um cunho mais crítico do que explícito, conduzindo, não raro, a um discurso apologético e ideológico.* [...] Termos como o da luta de classes e o da acumulação de capital são, também, *muito frequentes. Muitos se contentam em mencionar esses dois temas fundamentais pelo fato de que falam por si mesmos* (SANTOS, 1982, p. 13, grifos nossos).⁸

Gomes (1982) discutiu a questão do neocolonialismo apoiando-se no livro de Sodré (1976) para denunciar o determinismo geográfico; problematizou certa “assepsia” nos estudos/conceitos geográficos e mencionou, com base em Lacoste (1977), a dimensão da geografia em sua relação com as guerras, incluindo as estratégias territoriais das multinacionais. Nesse artigo, a ideologia foi assumida explicitamente como “ocultamento”: “exemplificando, temos a chamada “teoria da paisagem típica ou ideal”, centrada no estudo comparativo entre paisagens, cujo papel exercido foi o de *ocultar a verdadeira natureza da exploração econômica* de que a região foi vítima” (GOMES, 1982, p. 45, grifos nossos).

O artigo de Scarlato (1989), desde o título, apontou para os vínculos e problemas relacionados à interface entre geografia e ideologia. Esse artigo constituiu parte da tese de doutoramento do referido autor a respeito da produção do bairro do Bexiga, na cidade de São Paulo, como espaço. Desde o início, ele buscou definir o que entendia por ideologia, citando diversos autores, e, tomando Antonio Gramsci como referência – em especial, sua noção de ideologias arbitrárias e orgânicas –, chegou à proposição das ideologias geográficas, a partir do exemplo material utilizado como objeto de estudo (o bairro do Bexiga). Scarlato também evidenciou como as obras públicas, na cidade de São Paulo, desfiguraram o Bexiga, ao mesmo tempo em que este bairro era produzido, simbolicamente, como sinônimo de italianidade. Exemplo desta abordagem foi expresso no excerto a seguir:

Ao abordarmos o espaço do Bexiga através dessa dimensão [estética] estaremos assumindo a subjetividade que este tratamento nos remete. Permite-nos trabalhar com *a ideologia no processo de produção desse espaço*, entendendo-o não somente *como uma determinação histórica concreta*, mas também *como uma representação voluntária*, como diria Gramsci – uma “*ideologia arbitrária*” (SCARLATO, 1989, p. 27, grifos nossos, inserção do autor).

Já Rodrigues (1989) analisou o turismo social para apresentar a captura do tempo livre dos trabalhadores e a diferenciação entre os tempos biológico, social e livre. Como estudo de caso, utilizou o turismo de um dia na Baixada Santista. No contexto da sociedade de consumo analisada, de acordo com esse artigo,

⁸ A partir da leitura desse artigo de Milton Santos, ficou-nos a dúvida sobre se as ideologias também não “falariam por si mesmas”, bastando dizer este termo para se tentar construir um sentido comum... Afinal, para que o esforço de precisar um conceito a respeito do qual todos sabem do que se trata?

[...] ampliam-se as associações para o lazer dirigido e as instituições encarregadas de viabilizar o turismo social, a maioria com objetivos inconfundíveis, com a ideologia subjacente de aproveitar-se do lazer e do turismo [...] *como oportunidade de apropriação e manipulação da mente dos trabalhadores* (RODRIGUES, 1989, p. 17, grifos nossos).

Lima (1992), por sua vez, apresentou a questão da cartografia nos livros didáticos, e, na primeira parte do seu artigo, citou explicitamente a obra de Sodré (1976). Entretanto, na análise dos dados, toda a sua discussão anterior foi esquecida, limitando-se a uma descrição relacionada à semiologia gráfica de Bertin (1980). Para essa autora, “o livro didático não passa de uma mercadoria produzida aos milhares, não levando em conta as diversidades regionais voltadas a interesses lucrativos de grupos empresariais e *transmitindo a ideologia do poder dominante*” (LIMA, 1992, p. 54, grifos nossos), o que, de certo modo, corrobora a crítica estabelecida por Santos, uma década antes (em 1982, conforme já comentamos anteriormente). Ou seja, mesmo citando Sodré (1976), suas considerações acerca de ideologia situada como “falsidade” foram de pouco expressivas a nulas, no contexto amplo do artigo, e resvalaram, várias vezes, em afirmações articuladas com o senso comum.

Waldman (1994) procurou relacionar espaço, ideologia e meio ambiente, com destaque para a importância da religião no modo de produção asiático, no qual, segundo ele, este elemento funciona como elo de ligação entre os outros três conceitos. O propósito de Waldman (1994, p. 29), ademais, não era aprofundar a discussão em torno da ideologia, mas “identificar as filiações entre Espaço, Ideologia e Meio Ambiente em formações sociais não capitalistas, via de regra enquadradas no modelo do Modo de Produção Asiático, em tese localizado em civilizações pré-colombianas, africanas e asiáticas”. Assim, “a marca cósmica evidenciada nas múltiplas atividades aglutinadas na cidade *articulava-se funcionalmente a um mecanismo social ideologicamente voltado para a perpetuação de uma “ordem celestial” inseparável dos ciclos de matéria e energia histórica e socialmente apreendidos*” (WALDMAN, 1994, p. 43, grifos nossos).

Todos esses artigos e excertos nos permitiram situar a compreensão de ideologia, segundo os autores analisados e o momento em que escreveram seus artigos, como leitura e/ou interpretação/compreensão de *A ideologia alemã*, de Marx e Engels, para quem

A produção de ideias, de representações, da consciência, está, de início, diretamente entrelaçada com a atividade material e com o intercâmbio material dos homens, como a linguagem da vida real. [...] A consciência jamais pode ser outra coisa do que o ser consciente, e o ser dos homens é seu processo de vida real. E se, em toda ideologia, os homens e suas relações aparecem invertidos como numa câmara escura, tal fenômeno decorre de seu processo histórico de vida, do mesmo modo por que a inversão dos objetos da retina decorre de seu processo de vida diretamente físico. [...] Parte-se dos homens realmente ativos e, a partir de seu processo de vida real, expõe-se também o desenvolvimento dos reflexos ideológicos e dos ecos desse processo de vida. [...] A moral, a religião, a metafísica e qualquer

outra ideologia, assim como as formas de consciência que a elas correspondem, perdem toda a aparência de autonomia. [...] Não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência (MARX, ENGELS, 1986, p. 36-37).

Pudemos ainda observar, no conjunto de artigos analisados, certo eco das reflexões estabelecidas por James Anderson em relação ao conservadorismo da geografia e, sobretudo, à concepção de ideologia como “sistema de ideias que dão informação distorcida de modo a servir aos interesses particulares de um grupo ou classe social determinados” (ANDERSON, 1982, p. 496, tradução nossa). Conforme apontamos, nesse conjunto variado de temas e questões, os autores recorreram, de um modo ou de outro, à compreensão da ideologia calcada na dimensão da “falsidade/ocultamento”, que foi bastante expressiva no campo marxista, durante décadas, sobretudo a partir da influência stalinista. Foram variadas as referências utilizadas pelos autores selecionados na amostra. Alguns deles, na construção de suas análises, citaram explicitamente as obras de K. Marx, K. Marx e F. Engels, A. Gramsci, G. Lukacs e V. I. Lênin, entre outras.

Outros artigos trouxeram a palavra ideologia sem, necessariamente, precisarem a concepção adjacente, quase como se ideologia não precisasse ser definida, porque todos sabem “do que se trata”. A dúvida é se, com este procedimento, não estaríamos contribuindo para certo esvaziamento teórico não apenas do conceito em tela, mas da própria discussão geográfica, que parece se construir como um “eco de palavras distantes”. E, com tal questionamento, não estamos a propor que cada autor que utilize a palavra ideologia construa uma exegese a respeito, mas, sim, que situe este conceito e seu contexto, de modo a possibilitar ao leitor o entendimento da concepção que norteou sua argumentação.

Outras interpretações do conceito de ideologia que apareceram, nos artigos analisados, estão destacadas a seguir. Milton Santos (1977) discorreu a respeito da formação territorial como teoria e método, efetuando uma análise sobre o conceito da formação econômico-social, que ele relacionou às especificidades locais, derivando em distintas formações sociais. Foi nesse contexto que *a ideologia como parte da superestrutura*⁹ foi apresentada:

Quando se fala em modo de produção, não se trata simplesmente de relações sociais que tomam uma forma material, *mas também de seus aspectos imateriais, como o dado político ou ideológico*. Todos eles têm uma influência determinante nas localizações e tornam-se assim um fator de produção, uma força produtiva, com os mesmos direitos que qualquer outro fator (SANTOS, 1997, p. 90-91).

Vargas (1992) discorreu sobre o processo de produção do Sertão Sergipano do São Francisco, tendo por foco as mudanças ambientais e sua relação com a atuação do Estado neste processo, a partir da *dinâmica contraditória entre os interesses particulares e os gerais*, mediados pelo Estado. Esse

⁹ É interessante destacar que, na bibliografia citada por Santos, observamos referência à obra de Louis Althusser, que irá desenvolver mais detalhadamente essa perspectiva.

artigo também pode ser situado, de modo geral, no campo da história do pensamento geográfico, na medida em que, para chegar a seu objeto e objetivo, essa autora ponderou a respeito do ambiente nas correntes quantitativa, pragmática e crítica. Ela estabeleceu os nexos entre as ações do Estado e as transformações no Sertão Sergipano, afirmando que

A relação dos homens entre si e com a natureza passa a ser intermediada por objetos externos a ele, uma vez que a relação com os objetos passa a ser feita com outros objetos [...]. *O Estado entra nessa contradição [de classes] entre o interesse particular e o interesse geral para manter a ordem social* (VARGAS, 1992, p. 30, grifos nossos).

Com base nessas considerações, Vargas afirmou que o ocorrido na área de estudo foi um processo de mudanças, mas não de transformações. E que, a partir da expansão capitalista após o golpe de 1964,

À forte resistência dos latifundiários e à *sedimentação da ideologia de que o problema fundiário encontrava-se no minifúndio improdutivo*, ocorre uma ampliação dos incentivos creditícios acompanhada de uma acelerada expansão da extensão rural [...] (VARGAS, 1992, p. 37).

O artigo de Bray (1977) buscou considerar criticamente a dimensão da teoria funcionalista na geografia, podendo, assim, ser incluído no campo amplo do pensamento geográfico. Esse autor avaliou os três postulados centrais dessa teoria e, após esta reflexão, os expôs como “ideias” que tomaram certo corpo na geografia, de certo modo, *relacionadas a uma crescente alienação*. Assim, à ideologia o autor contrapõe a alienação, utilizando este conceito para reforçar sua crítica a respeito da unidade funcional:

Através de seus postulados, a análise funcional mostra a ordem harmoniosa entre os elementos geográficos, onde esses elementos vivem relacionados entre si num meio harmônico da natureza e do homem e dos homens entre si, *alienando-se das contradições existentes no sistema e da luta de classes* (BRAY, 1977, p. 36, grifos nossos).

Outra perspectiva a respeito da ideologia foi encontrada no artigo de Calixto (2001), que iniciou seu texto apontando para as muitas acepções deste conceito. Essa autora estabeleceu um diálogo direto com o livro *Cultura e democracia – o discurso competente e outras falas*, de Chauí (1997), enfatizando, ao longo do seu artigo (que trazia como estudo de caso a cidade de Dourados/MS), a importância do ideológico, sobretudo, quando relacionado à posição ambígua do poder público. Ela também buscou justificar a sua própria opção em compreender a ideologia como “lacunar”, com forte influência de Marilena Chauí (1997), G. Duby (1976), Lefebvre (1976; 1986) e K. Marx (1975), entre outros. Tomando Chauí (1997) como referência, essa autora afirmou que

O discurso ideológico busca sua coerência na ausência [...] A ideologia, enquanto produção da sociedade histórica, portanto, marcada pela divisão, pelo conflito de interesses, pela contradição e pela diferença, mascara sua própria origem e sua condição de existência (CALIXTO, 2001, p. 85-86, grifos nossos).

Em contraposição a essa exposição consistente e situada da ideologia, podemos observar a ambiguidade no tratamento deste termo no artigo escrito por Diniz Filho e publicado no BPG, em 1992. Neste artigo, o autor buscou compreender os sentidos e os simbolismos relacionados ao Monumento dos Bandeirantes, localizado na cidade de São Paulo. O tratamento dado à ideologia por esse autor tomou por base a concepção de “ideologias geográficas” na perspectiva de Moraes (1988).¹⁰ De acordo com Moraes (2002, p. 38), a ideologia pode ser compreendida “como discurso com explícita e nítida orientação política”, enquanto as ideologias geográficas “alimentam tanto as concepções que regem as políticas territoriais dos Estados, quanto a autoconsciência que os diferentes grupos sociais constroem a respeito de seus espaços e da sua relação com ele” (MORAES, 2002, p. 44). Logo, de acordo com Moraes (1988, p. 45), é preciso “captar seus contextos de formulação, suas difusões e condições de assimilação, os agentes desse movimento e os interesses veiculados [...]. Enfim, rastrear a eficácia política destas ideologias”.

Entretanto, Diniz Filho (1992, p. 79) afirma que “*enquanto difusor de ideologias*,¹¹ o Monumento [dos Bandeirantes] parece ser excessivamente hermético para desempenhar um papel relevante, servindo apenas como representante de certas ideias que já se acham incrustadas no imaginário popular”. Se assim é, para que estudá-lo, então? E a quais ideologias esse autor se refere como “certas” e “incrustadas”?

Esse artigo comporta contradições concernentes à ideologia, que o seu autor parece ter considerado como “algo de outrem, mas não dele”:

Imagens tais como a do “herói bandeirante” podem ser reconhecidas pela população como motivo para a existência do Monumento, mas a ideia de um caráter nacional ou regional derivado da história das expedições bandeirantes¹² permanece estranha à população, que se mostra incapaz de decodificar as intenções daqueles que lutaram pela construção da estátua (DINIZ FILHO, 1992, p. 79, grifos nossos).

¹⁰ A obra citada é *Ideologias geográficas: espaço, cultura e política no Brasil*. 4ª ed. São Paulo: Hucitec. 2002 [1988, 1ª ed.]. Diniz Filho utiliza a primeira edição.

¹¹ Embora contextualize e situe bem as disputas políticas no plano das elites, tanto na concepção, quanto na construção do monumento, esse autor não define ideologia ao longo do seu artigo. A respeito do conceito em tela, somente são mencionados Moraes (1998) e a obra de GOMES, A. M. de C.; OLIVEIRA, Lúcia L.; VELLOSO, Mônica P. *Estado Novo: ideologia e poder*. Rio de Janeiro, Zahar, p. 82.

¹² Essas, de acordo com Diniz Filho (1992, p. 68), eram caras ao principal incentivador da construção do monumento, Cassiano Ricardo, ele próprio um “pensador autoritário e colaborador do Estado Novo na qualidade de chefe do DEIP de São Paulo, órgão regional do Departamento de Imprensa e Propaganda/DIP”.

Não existe, no artigo focalizado, nenhum dado ou indício que corrobore a afirmação relativa ao estranhamento da população frente aos interesses e disputas no âmbito das elites em torno do monumento. Como se chegou a esta constatação? Com qual população? Com quantas entrevistas? Com quantas enquetes? Com alguma observação participante? Além disso, população é uma palavra extremamente abstrata, que não designa identidade ou qualidade, mas quantidade e generalidade, e as “ideologias geográficas” somente são consideradas para a construção de argumentos que explicitam as disputas em torno da construção do monumento. Mas qual o salto para se “rastrear a eficácia política destas ideologias” (MORAES, 1988, p. 45)?

Considerações finais

As discussões a respeito das ideologias, na geografia, parecem estar dispersas no tempo e no espaço. Há, na publicação consultada (BPG), uma concentração de artigos a respeito da ideologia, no período relacionado à chamada renovação crítica da geografia, que, entretanto, parece desaparecer de suas edições a partir de 2001/2002. Com isso, não se sabe se houve concordância com as teses de “fim” da história, dos territórios, dos Estados e da ideologia, retomadas fortemente com a derrocada soviética, ou o que levou a certo desaparecimento deste conceito, nos artigos publicados no BPG. Certo é que, após 1992, praticamente não encontramos artigos em que a ideologia é considerada no conjunto das análises. Ao final deste artigo, fica uma questão para futuras pesquisas: em que medida a queda soviética significou também a derrocada das “geografias críticas” na geografia?

É importante ressaltar que compreendemos o fato de que esta investigação foi realizada em apenas um periódico, em que pese sua longevidade, e que, por isso, não podemos generalizar os dados encontrados. O que encontramos foi uma indicação para futuras pesquisas, pois aqueles que se aventurarem nesta seara, além de lutarem contra a “sedução do Barão de Munchausen” nas ideologias, poderão se dedicar a compreender mais profundamente, numa perspectiva temporal e geograficamente ampliada, as múltiplas formas, ausências e fragilidades no tratamento/abordagem da ideologia na construção da ciência geográfica.

Nos artigos analisados, verificamos, em alguns deles, a abordagem desse conceito, mas em total desconexão com a análise do empírico ou do objeto, ficando apenas na repetição de uma espécie de “mantra”, como, por exemplo, o de que “livros didáticos carregam ideologias”. Porém, se compreendemos que as ideologias nos constituem, sendo socialmente instituídas e reforçadas também por nós, qual a relevância efetiva dessa afirmação? As ideologias não poderiam também ter outras potencialidades, como a de qualificar os sujeitos e, assim, contribuir distintamente para a (re)produção de espaços e vidas?

Em outros artigos, observamos não apenas fragilidades teóricas no tratamento das ideologias, mas contradições internas, reforçando a perspectiva exposta por McLellan (1987) segundo a qual “só o outro é ideológico”.

Entre os autores e artigos analisados, somente aqueles que evidenciaram um esforço teórico em compreender efetivamente esse conceito conseguiram relacioná-lo seja ao objeto/tema, seja ao posicionamento teórico adotado (OLIVEIRA, 1977, 1978; SANTOS, 1982; SCARLATO, 1989; CALIXTO, 2001), conferindo densidade teórica aos estudos empreendidos e aos problemas abordados. Esta compreensão, entretanto, não pode ser tida como “monolítica” no conjunto dos artigos. Ao contrário: notamos uma diversidade de autores e fontes no tratamento da ideologia, e esta diversidade persistiu mesmo entre aqueles que se preocuparam em definir e clarificar sua compreensão acerca do tema. Tal diversidade, ainda que limitada a um pequeno número de autores, em uma única publicação científica no campo da geografia e numa dada temporalidade, pode instigar mais reflexões e análises em direção a uma melhor apreensão do tratamento dado à ideologia no desenvolvimento do fazer geográfico. Para aqueles que o aceitarem, o desafio está posto.

Referências bibliográficas

1. ADAS, Melhem. **Geografia e tecnoburocracia**. In: *Boletim Paulista de Geografia*, n. 53, 1977, p. 61-67. Disponível em: <http://www.agb.org.br/publicacoes/index.php/boletim-paulista/article/view/1097/956> Acesso em 18 de mar de 2018.
2. ANDERSON, James. **Ideología y geografía: una introducción**. In: MENDOZA, J. G.; JIMÉNES, J. M.; CANTERO, N. O. (orgs.). *El pensamiento geográfico*. Espanha, Alianza Universidad, 1982, p. 496-504.
3. ANTUNES, Charles da F. **A Associação de Geógrafos Brasileiros (AGB) – origens, ideias e transformações: notas de uma história**. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal Fluminense, 2008.
4. ARON, Raymond. **O ópio dos intelectuais**. São Paulo: Três Estrelas, 2016.
5. AZEVEDO, Aroldo de. **Apresentação**. In: *Boletim Paulista de Geografia*, n. 1, 1949, p. 1-2. Disponível em: <http://www.agb.org.br/publicacoes/index.php/boletim-paulista/article/view/1418/1277> Acesso em 30 mar. 2018.
6. BAKHTIN, M. (VOLOCHÍNOV). **Marxismo e filosofia da linguagem**. 12ª ed., São Paulo: Hucitec, 2006.
7. BELL, Daniel. **O fim da ideologia**. Brasília: Ed. da UnB, 1980.

8. BRAY, Silvio C. **Os postulados da análise funcionalista na geografia e seus aspectos ideológicos**. In: *Boletim Paulista de Geografia*, n. 54, 1977, p. 29-40. Disponível em: <http://www.agb.org.br/publicacoes/index.php/boletim-paulista/article/view/1089/953> Acesso em 15 mar 2018.
9. CALIXTO, Maria J. M. S. **As articulações político-ideológicas do poder público no processo de (re)definição da diferenciação socioespacial**. In: *Boletim Paulista de Geografia*, n. 78, 2001, p. 77-96. Disponível em: <http://www.agb.org.br/publicacoes/index.php/boletim-paulista/article/view/830/714> Acesso em 25 mar 2018.
10. CODATO, Adriano. **O conceito de ideologia no marxismo clássico: uma revisão e um modelo de aplicação**. In: *Política e Sociedade*, Florianópolis, v. 15, n. 32, p. 311-331. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2175-7984.2016v15n32p311/32083> Acesso em 30 mar. 2018.
11. DEL GAUDIO, Rogata S.; PEREIRA, Doralice B. (orgs). **Geografias e ideologias – submeter e qualificar**. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2014.
12. DINIZ FILHO, Luis L. **O “Monumento dos Bandeirantes”**: um estudo crítico sobre as relações entre espaço, política e cultura. In: *Boletim Paulista de Geografia*, n. 71, 1992, p. 65-82. Disponível em: <http://www.agb.org.br/publicacoes/index.php/boletim-paulista/article/view/914/807> Acesso em 18 mar 2018.
13. EAGLETON, Therry. **Ideologia – uma introdução**. São Paulo: Boitempo, 1997.
14. GOMES, Horieste. **A geografia e suas implicações no subdesenvolvimento do Terceiro Mundo**. In: *Boletim Paulista de Geografia*, n. 59, 1982, pp. 43-58. Disponível em: <http://www.agb.org.br/publicacoes/index.php/boletim-paulista/article/view/1029/919> Acesso em 12 mar. 2018.
15. LÊNIN, Vladimir. **O Estado e a revolução**. São Paulo: Global, 1987.
16. LIMA, Salete de. **Análise crítica das representações cartográficas nos livros didáticos de 1º e 2º graus**. In: *Boletim Paulista de Geografia*, n. 70, 1992, p. 53-64. Disponível em: <http://www.agb.org.br/publicacoes/index.php/boletim-paulista/article/view/928/821> Acesso em 12 mar 2018.
17. LÖWY, Michael. **Ideologias e ciência social – elementos para uma análise marxista**. São Paulo: Cortez editora, 1985.
18. LUKÁCS, György. **História e consciência de classe: estudos de dialectica marxista**. 2ª ed., Rio de Janeiro: Elfos, 1989, 378 p.

19. _____. **As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem.** Temas de ciências humanas, n. 4, São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1978.
20. MCLELLAN, David. **A ideologia.** Lisboa: Editorial Estampa, 1987.
21. MANNHEIM, Karl. **Ideologia e utopia.** Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
22. MARX, K. **Teorias da mais-valia: história crítica do pensamento econômico** (livro IV de O Capital). Trad. Reginaldo Sant'Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.
23. _____. **O 18 de brumário de Luis Bonaparte.** In: *A revolução antes da revolução.* 2ª ed., São Paulo: Expressão Popular, 2008.
24. _____. **Prefácio para uma crítica da economia política,** de 1859 <http://www.marxists.org/portugues/marx/1859/01/prefacio.htm> Acesso em 31 jul. 2012.
25. _____.; ENGELS, F. **A ideologia alemã** [1845/1846]. Disponível em:
26. http://www.histedbr.fae.unicamp.br/acer_fontes/acer_marx/tme_03.pdf Acesso em 17 fev. 2017.
27. MESZÁROS, István. **O poder da ideologia.** São Paulo: Boitempo, 2004.
28. _____. **Filosofia, ideologia e ciência social: ensaios de negação e afirmação.** São Paulo: Ensaio, 1993.
29. MORAES, Antônio Carlos Robert. **Ideologias geográficas: espaço, cultura e política no Brasil.** 4ª ed., São Paulo: Hucitec, 2002 [1988, 1ª ed.].
30. OLIVEIRA, Ariovaldo U. de. **O "econômico" na obra "Geografia Econômica" de Pierre George: elementos para uma discussão.** In: *Boletim Paulista de Geografia*, n. 57, 1977, p. 41-52. Disponível em: <http://www.agb.org.br/publicacoes/index.php/boletim-paulista/article/view/1090/951> Acesso em 15 mar. 2018.
31. _____. **A lógica da especulação imobiliária.** In: *Boletim Paulista de Geografia*, n. 58, 1978, p. 75-92. Disponível em: <http://www.agb.org.br/publicacoes/index.php/boletim-paulista/article/view/1054/941> Acesso em 12 mar. 2018.
32. PONTES, Beatriz M. S. **A reorganização dos espaços mundiais após a Segunda Grande Guerra (1944-1979).** In: *Boletim Paulista de Geografia*, n. 58, 1981, p. 87-119. Disponível em: <http://www.agb.org.br/publicacoes/index.php/boletim-paulista/article/view/1038/926> Acesso em 25 mar 2018.

33. RATTNER, Henrique. **Desenvolvimento de comunidade no processo de urbanização:** notas para uma crítica das teorias sociológicas do planejamento. In: *Boletim Paulista de Geografia*, n. 54, 1977, p. 53-79. Disponível em: <http://www.agb.org.br/publicacoes/index.php/boletim-paulista/article/view/1091/950> Acesso em 25 mar 2018.
34. RODRIGUES, Adyr A. B. **Tempo livre como objeto de consumo e lazer dirigido como oportunidade de manipulação.** In: *Boletim Paulista de Geografia*, n. 67, 1989, p. 17-25. Disponível em: <http://www.agb.org.br/publicacoes/index.php/boletim-paulista/article/view/943/836> Acesso em 30 mar 2018.
35. SANTOS, Milton. **Sociedade e espaço:** a formação econômica como teoria e como método. In: *Boletim Paulista de Geografia*, n. 54, 1977, p. 81-99. Disponível em <http://www.agb.org.br/publicacoes/index.php/boletim-paulista/article/view/1092/949> Acesso em 18 mar. 2018.
36. _____. **"Para que a Geografia mude sem ficar a mesma coisa".** In: *Boletim Paulista de Geografia*, n. 59, 1982, p. 5-22. Disponível em: <http://www.agb.org.br/publicacoes/index.php/boletim-paulista/article/view/1027/917> Acesso em 23 mar 2018.
37. SCARLATO, F. C. **Bexiga:** uma ideologia geográfica. In: *Boletim Paulista de Geografia*, n. 67, 1989, pp.27-36. Disponível em: <http://www.agb.org.br/publicacoes/index.php/boletim-paulista/article/view/944/837> Acesso em 10 mar. 2018.
38. SILVA, Armando C. **Geografia e ideologia** – comentário sobre o livro *Introdução à geografia – geografia e ideologia* de Nelson Werneck Sodré, assim como breve nota sobre o autor e sua obra. In: *Boletim Paulista de Geografia*, n. 52, 1976, p. 93-100. Disponível em: <http://www.agb.org.br/publicacoes/index.php/boletim-paulista/article/view/1109/969> Acesso em 15 mar 2018.
39. SODRÉ, Nelson Werneck. **Introdução à geografia** – geografia e ideologia. 4ª ed., Petrópolis: Vozes, 1984 [1976, 1ª. ed.].
40. THERBORN, Göran. **La ideología del poder y el poder de la ideología.** México: Siglo Veintuno, 1987.
41. VARGAS, Maria A. M. **A natureza sertaneja das políticas de desenvolvimento:** Sertão Sergipano do São Francisco. In: *Boletim Paulista de Geografia*, n. 69, 1992, p. 27-60. Disponível em: <http://www.agb.org.br/publicacoes/index.php/boletim-paulista/article/view/932/825> Acesso em 18 mar. 2018.

42. VESENTINI, José W. **O espaço do mesmo**. In: *Boletim Paulista de Geografia*, n. 62, 1985, p. 101-108. Disponível em: <http://www.agb.org.br/publicacoes/index.php/boletim-paulista/article/view/990/881> Acesso em 30 mar 2018.
43. WALDMAN, M. **Espaço e modo de produção asiático**. In: *Boletim Paulista de Geografia*, n. 72, 1994, pp. 29-62. Disponível em: <http://www.agb.org.br/publicacoes/index.php/boletim-paulista/article/view/900/794> Acesso em 10 mar 2018.
44. ŽIŽEK, Slavoj. **Um mapa da ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
45. _____. **Primeiro como tragédia, depois como farsa**. São Paulo: Boitempo, 2011.

